

O COMPORTAMENTO DE CONSUMO ALIMENTAR MODERNO E SEUS REFLEXOS SOBRE O TURISMO EM ESPAÇO RURAL

José Maria Cardoso Sacramento 1, Betânia Alves de Aguiar Glória 2

RESUMO

Práticas alimentares geralmente aparecem no turismo vinculadas a aspectos relacionados ao patrimônio cultural, qualidade, criatividade, atendimento, planejamento da oferta e como atrativos de lugares com pratos típicos que vinculam a identidade à oportunidade de negócios e novas experiências para os visitantes. Nesse artigo, propomos a alimentação como um elo de aproximação entre o Turismo no Espaço Rural e aquilo que vem sendo tratada pela emergente "Sociologia da Alimentação". Para isso, apresentamos: (1) Uma revisão de literatura sobre alguns temas tratados pela sociologia da alimentação, explorando uma abordagem histórica e estrutural de regimes agroalimentares (FRIEDMANN, 2005), que trata da mudança de comportamento dos consumidores de alimentos, o que permite considerar na atualidade a existência de uma modernidade alimentar. (2) Apresentar o que explica a emergência dos supermercados como principal fonte alimentos pela população urbana nas maiores cidades no Brasil e (3) como o turismo rural pode também ser um turismo cidadão (Gastal e Moesch, 2007), valorizando o reencontro com alimentos de um passado recente, hoje ausentes nos maiores centros urbanos do Brasil.

Por fim, apontamos considerações sobre: (1) Tendências do comportamento de consumo alimentar moderno, imposto pelo que está se chamando de regime agroalimentar (FRIEDMANN, 2005) e caracterizado, entre outros fatores, pela desestruturação, individualização e homogeneização dos alimentos, presentes principalmente na alimentação de moradores de centros urbanos; (2) Como o comportamento de consumo alimentar moderno pode ser considerado um elemento de estímulo ao turismo no espaço rural em localidades que têm entre seus atrativos a produção de alimentos, principalmente naquelas que permitem o consumo direto pelos visitantes.

Palavras Chaves: Regime Alimentar Internacional; Consumo; Turismo em Áreas Rurais.

ABSTRACT

Food practices often appear in tourism linked to aspects relating to the cultural patrimony, quality, creativity, service, supply planning and how attractive places with typical dishes that bind the identity to the business opportunity and new experiences for visitors. In this paper, we propose the food approach as a link between tourism in rural areas and what is being treated by the emerging "Sociology of Food." For this, we present: (1) A review of the literature about some topics addressed in the sociology of

¹ Doutorando em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Instituto Federal do Pará (IFPA). E-mail: jose.sacramento@ifpa.edu.br.

² Mestranda em Turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Docente do Instituto Federal do Pará (IFPA). E-mail: betania.gloria@ifpa.edu.br.

food, exploring historical and structural approach of agrifood systems (Friedmann, 2005) which addresses the changing behavior of consumers of food that allows us to consider today the existence of a modern food. (2) Show which explains the emergence of supermarkets as the primary source food for the urban population in the larger cities in Brazil? and (3) such as rural tourism can also be a citizen tourism (Gastal and Moesch, 2007), valuing people to rediscover foods of a recent, passed away today in the major urban centers of Brazil.

Finally, we point out considerations: (1) trends in the behavior of modern food consumption imposed that is calling the agri-food regime (Friedmann, 2005) and characterized among other factors, by the destruction, individualization and homogenization of food, mainly present the feeding of residents of urban centers; (2) As well as demonstrating how the behavior of modern food consumption can be considered an element of stimulating tourism in rural areas in localities that have among their attractive food production, mainly to allow for direct consumption by visitors.

Key Words: International Food Regime; Consumption; Tourism in Rural Areas

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar este artigo, escrito a duas mãos por brasileiros de regiões diferentes do Brasil, foi inevitável, ao tratar das contradições do sistema agroalimentar contemporâneo, discutirmos as diferenças entre os alimentos típicos do norte e suldeste do país, o que me fez remeter a minha infância (Sacramento), a qual gentilmente Glória me permitiu usar como preâmbulo desse trabalho.

No bairro onde vivi a infância na periferia de Belém, capital do Estado do Pará, que junto com Manaus são as duas maiores cidades da Amazônia Brasileira, minha família teve uma casa que ocupava um lote urbano de 10 m x 20 m, tamanho comum dos lotes urbanos entregues em conjuntos habitacionais populares construídos no final da década de 1970 e início da década de 1980, em plena expansão urbana provocada pela integração nacional via construção da estrada que liga a cidade à capital do país, Brasília (abertura em 1961 e asfaltamento em 1974).

Para a construção desse novo setor da cidade, foi desmatada uma grande área, cortadas vias retas perpendiculares e entregue um bairro com lotes sem quitais e com pouca arborização, como ainda é feito hoje no Brasil. No entanto, à medida que pessoas foram ocupando as moradias, foram surgindo quintais e árvores frutíferas nos passeios públicos.

Ao discutir com os demais autores sobre a padronização da alimentação que presenciamos hoje, foi impossível não lembrar que há 30 anos num quintal de aproximadamente 60 m², minha mãe, que morou em uma pequena ilha interiorana até seus 20 anos, levou sementes e plantou 23 árvores que, além de contribuir com a alimentação da família na época, também compõem as minhas boas lembranças da infância.

Mesmo em uma grande cidade brasileira, ambiente caracterizado geralmente por equipamentos urbanos de concreto e ferro, me divertia na infância subindo lentamente em pés de manjêlo (*Syzygium cumini*) dos quintais alheios para colher os frutos, enquanto os amigos mais ágeis já tinham colido os mais maduros. Ou jogando pedra para acertar as frutas de abiu (*Lucuma caimito*), para deliciar-me com o sabor e depois rir da boca “colada” com os amigos. Tenho boas lembranças de minha mãe preparando

a peconha e pedindo para eu subir 4 ou 5 metros nas estirpes dos 13 açazeiros do quintal, para depois preparar o açaí mais gostoso que lembro ter bebido. Adorava a época da pupunha (*Bactris gasipaes*), já que tínhamos 2 árvores no quintal e comíamos no lanche da tarde com café. Como esquecer o camapu (*Physalis peruviana*), que brotava espontaneamente na frente da casa do Istigue, colega de infância? Nesse lugar havia tantas plantas que na sua traquinice Istigue dizia já ter visto até o Saci-Pererê por lá. Foi difícil, ao tratar da McDolnização³, não me remeter a sua antítese presente na infância: do cacau e o chocolate, do limão galego e a limonada, do jameiro no quintal e o tapete rosa que se formava com a queda das flores.

Da casa da vovó, na ilha onde minha mãe nasceu, se eu fosse relatar sucintamente todas as estórias relacionadas ao ambiente e às brincadeiras, talvez no espaço de um livro não fosse possível. Por isso, deter-me-ei em apenas apresentar a

diversidade deliciosa da infância, onde gapuiava camarão com meu tio e comia-os frescos ou acompanhava a pesca e voltava com pirarucu (*Arapaima gigas*), e/ou com tucunaré (*Cichla* sp.), e/ou dourado (*Salminus hilarii*), e/ou cachorra (*Hidrolycus sacomerooides*), e/ou matrinxã (*Brycon* sp), e/ou curimatã (*Prochilodus* sp.), e/ou piranha (*Serrasalmus calmoni*), e/ou acará (*Plagioscion* spp.), e/ou jaraqui (*Semaprochilodus* sp.), e/ou mapará (*Hypophtalmus perporosum*), e/ou aracu (*Leporinus facinatus*), e/ou pacu (*Myleus pacu*), e/ou sardinha (*Rhipotheus* sp.), e/ou raia (*Potamotrygon* ssp.). Além da diversidade de peixes, na mata, aventurando-nos coletávamos uma diversidade de frutas muito maior se comparado com meu quintal.

Nos últimos 20 anos, no bairro da minha infância pouco resta desse passado “frutífero”: a casa onde que morei, em uma crise financeira familiar no ano de 1993, foi vendida; a especulação imobiliária fez com que muitos (novos) moradores substituíssem os quintais por edificações; e o lote da minha casa na infância hoje é totalmente ocupado por um estabelecimento comercial. Isso que aconteceu com o “meu quintal”, não foi uma exceção, pelo contrário, é a tendência do que ocorre na maioria das grandes cidades no Brasil e no mundo: reduzem-se os quintais e multiplicam-se os supermercados.

Citei brevemente a estória da minha infância (Sacramento) para ilustrar a velocidade das transformações na produção, distribuição e consumo de alimentos nas últimas décadas que, associada à ampliação da urbanização, cada vez mais distancia a produção do consumo de alimentos frescos e multiplica a oferta de alimentos ultraprocessados, principalmente para crianças, ampliando a importância de supermercados, restaurantes e praças de alimentação como fontes de acesso. Essas mudanças têm suscitado muitas críticas e discussões e inclusive contribuído para o surgimento de uma nova área de conhecimento como é o caso da sociologia da alimentação.

Segundo McMillan e Coveney (2010), a sociologia do alimento e da alimentação recentemente reemergiu como um problema não apenas no âmbito da sociologia, onde preocupações com uma alimentação saudável e saúde vêm à tona, mas também em relação aos mercados emergentes de alimentos, identidade e consumo de alimentos, interesse renovado na governança alimentar e redução na confiança no fornecimento de alimentos processados. Além disso, esse novo campo disciplinar emergente tem se preocupado com a construção de identidades culturais através da escolha de alimentos, proporcionando uma marca de membros dos grupos culturais (Fischler, 1988 apud Ward et.al. 2010).

³ O sucesso de cadeias de *fast-food* é utilizado por Ritzer (1983) como metáfora para algumas tendências gerais que caracterizam a sociedade contemporânea americana.

De acordo com Rodrigues (2000), no surgimento da sociologia como ciência, foi preciso a superação daquilo que no século XIX Durkheim chamava de “metafísica abstrata” na sociologia, o que “exigiu um método, tal como fez em *„Les règles de La méthode sociologique”*”. Dentro da tradição positivista francesa, de delimitar claramente o objeto da ciência para melhor situá-lo dentro do campo do conhecimento, Durkheim propôs um método com características apropriadas para estudar a sociologia⁴. O autor sintetiza seu método em três pontos básicos – (a) é independente da filosofia; (b) é objetivo; e (c) é exclusivamente sociológico (Rodrigues, 2000) –, tendo como objeto os fatos sociais, que, antes de tudo, são coisas sociais que só se explicam por outro fato social.

Dessa forma, o questionamento dos alimentos como um fato social hoje não é mais uma questão de debate entre alguns analistas do comportamento alimentar, que

ousaram considerar que já existem suportes teóricos e empíricos suficientes para que se possa falar numa “Sociologia da Alimentação” (Mennell et al., 1992; Benito, 2008)

Para Polain e Proença (2003 p. 245) a alimentação humana é submetida a duas séries de condicionantes mais ou menos flexíveis. As primeiras são referentes ao estatuto de onívoro e imposto aos “comedores” por mecanismos bioquímicos subjacentes à nutrição e às capacidades do sistema digestivo, deixando um espaço de liberdade largamente utilizado pelo cultural e contribuindo, assim, para a socialização das pessoas e para a construção das organizações sociais. Já as segundas são representadas pelas condicionantes ecológicas do biótopo no qual está instalado o grupo de indivíduos; tais condicionantes também oferecem uma zona de liberdade na gestão da dependência do meio natural.

Assim, Polain e Proença (2003) propõem o conceito de “espaço social” para designar este espaço de liberdade entre a zona de imbricação entre o biológico e o cultural, adotando a expressão “espaço social alimentar”. Ele corresponde, assim, à zona de liberdade dada aos “comedores” humanos por uma dupla série de condicionantes materiais. De um lado, pelas condicionantes biológicas, relativas ao seu estatuto de onívoro, que se impõe de maneira relativamente flexível, e, de outro lado, pelas condicionantes ecológicas do biótopo no qual está instalado, que se transformam em condicionantes econômicas nas sociedades industrializadas e que tendem a se reduzir conforme se controla tecnologicamente a natureza. Desse modo, o que esses autores chamam de “espaço social alimentar” seria objeto da sociologia, ou seja, fato social.

Considerando que (a) o conceito de fatos sociais é definido por uma força coercitiva estruturante, externa aos indivíduos, que a eles se impõe pela sociedade (complexo de fatos sociais), por instituições e grupos; e (b) que a alimentação é um fato social: (1) Quem ou quais grupos atualmente exercem a “coerção” sobre os indivíduos para se alimentarem de uma determinada maneira, com determinados tipos restritos de alimentos e por quê?; (2) O que explica a emergência dos supermercados como principal fonte de alimentos pela população urbana nas maiores cidades no Brasil?; e (3) Como o turismo rural pode também ser um turismo cidadão (Gastal e Moesch, 2007), de valorização do reencontro com alimentos de um passado recente, hoje ausentes nos maiores centros urbanos do Brasil, compondo o conjunto de iniciativas que buscam “soluções” à ideia de equação alimentar (Morgan e Sonnino, 2010), contribuindo com diversificação das fontes de ingresso de agricultores familiares e estimulando práticas de ação política no consumo de alimentos?

A primeira parte deste trabalho se centrará em buscar respostas às perguntas (1 e 2) relacionadas às reflexões críticas que tratam do sistema de produção e distribuição de

⁴ No Início de sua carreira Durkheim empregava o termo “ciências sociais”, paulatinamente substituído pelo de sociologia, mas reservando aquele ainda para designar as “ciências sociais particulares”.

alimentos contemporâneos, dando ênfase a uma abordagem estrutural e histórica para caracterizar a atual fase do sistema agroalimentar internacional, como as feitas por Harriet Friedman, que segundo McMichael (2009) foi a pioneira na introdução de uma abordagem da economia política da questão alimentar, que busca entender os padrões e as forças estruturantes do sistema alimentar global.

Para analisar as possibilidades do turismo no espaço rural como parte das alternativas ao sistema alimentar contemporâneo, previamente apresentaremos uma revisão sobre as ideias de turismo, turismo no espaço rural e turismo cidadão, fazendo uma aproximação das múltiplas experiências proporcionadas pelas atividades turísticas que podem combinar o interesses daqueles que têm o consumo como uma prática política que se opõe aos oligopólios agroalimentares, com as vantagens proporcionadas aos agricultores familiares pela diversificação das fontes de ingresso, resultando em uma “reconexão” entre os consumidores de turismo e alimentos com os produtores/agricultores, em contextos com decorrência de sistemas agrícolas intensivos (Cruz, 2012). Em contextos onde a modernização da agricultura foi menos intensa (o caso de distanciamento relatado acima por Sacramento) o turismo pode contribuir para o reconhecimento, valorização e legitimação de práticas e modos de produção, conhecimentos e relações de proximidade (Cruz, 2012).

2. Sistema Alimentar Internacional

Este trabalho parte do pressuposto que os sistemas alimentares constituem um marco referencial analítico apropriado para situar a formação e atuação das corporações transnacionais na produção, transporte, distribuição e abastecimento dos alimentos nas grandes cidades do mundo na atualidade, exercendo grande influência sobre os Estados nacionais em favor de uma “política alimentar” que Morgan e Sonnino, (2010) caracterizam como pobre, e voltado para alimentos processados ricos em sal, açúcar e gordura, ao estudar a alimentação em Londres.

Esse tema excessivamente amplo e complexo, para se esgotar neste trabalho, envolve a dinâmica de transformações do sistema mundial, entendendo como sistema mundial um tipo de organização política e econômica internacional que começa por volta aproximadamente do século XV e XVI e perdura até hoje, por tanto uma história de aproximadamente 500 a 600 anos, ou seja, uma história longa, onde há vários autores que apontam certos tipos de regularidades.

Reconstruir sistematicamente os acontecimentos mais importantes que deram origem à atual fase dos sistemas alimentares, se apresenta como imprescindível para entender com profundidade aquilo que é chamado por muitas pessoas hoje, acadêmicas ou não, como globalização e por Brunori (2013) como globalização alimentar que tem em empresas como o McDonald um símbolo. Além disso, McMichael (2009) afirma que a análise de regime alimentar é importante para compreender uma divisão fundamental entre a ambientalmente catastrófica agro-industrialização e alternativas agroecológicas, práticas que têm emergido por estarmos diante de um limiar histórico governado por pico do petróleo, alterações climáticas e desnutrição de “obesos e famintos”.

Fiori (1997), entre outros autores, apresenta críticas ao que é associado ao fenômeno da globalização, questionando sua realidade, e concebe a força da ideia da globalização, mesmo quando seja refutada de forma implacável pela força dos números e fatos que a transformam, como ideologia econômica liberal. Considera, além disso, o que a marca distintivamente o atual movimento de internacionalização capitalista é a

forma em que se deu a globalização das finanças viabilizada pelas políticas liberais de desregulação dos mercados, iniciada pelos Estados Unidos e Inglaterra.

Não é este o lugar nem é nosso interesse retomar aqui as discussões clássicas sobre os mecanismos e leis da acumulação capitalista. Mas não é possível entender a formação dos impérios agroalimentares (Ploeg, 2008) sem discutir as transformações dos mercados financeiros internacionais no período que vai desde o padrão-ouro⁵ e das finanças liberalizadas de meados do século XIX até o arranjo atual. Para McMichael (2009) a economia política e a coerente político-ecológica de alimentos são de extrema importância, não apenas para entender a dimensões da crise dos alimentos, mas também para situar o sistema alimentar mundial e sua crise dentro de uma compreensão histórica mais ampla de condições geopolíticas e ecológicas. McMichael (2009) afirma que:

O conceito de "regime alimentar" "historiciza" o sistema alimentar global: problematizando a linear representação da modernização agrícola, sublinhando o papel fundamental de alimentos para a economia política global, e a concepção das contradições históricas dentro de particulares regimes alimentares que produzem crises, transformações e transição. Neste sentido, a análise regime alimentar traz uma perspectiva estruturada para a compreensão da agricultura e o papel do alimento na acumulação de capital através do tempo e espaço. Em específicos padrões de circulação dos alimentos na economia mundial, ressaltando a dimensão agroalimentar da geopolítica, mas não faz nenhuma reivindicação de tratamento abrangente de diferentes agriculturas em todo o mundo.

Assim, segundo o autor, as discussões sobre o sistema alimentares considera temas que economia política internacional que se concentra nas relações de poder industrial e tecnológico como veículos de desenvolvimento, contemplando análises da cadeia de commodities, análises de dependência e os estudos de comércio justo que se concentram em determinadas relações dos alimentos no comércio internacional. Há também estudos da agricultura e alimentação que se concentram em questões como a fome, obesidade, tecnologia, economia cultural, papel dos consumidores, movimentos sociais, de distribuição em cadeias curtas, o papel do Estado nos países do Norte e do Sul (por exemplo, o Brasil) e do agronegócio, que informam algumas dimensões de análise do sistema alimentar. O diferencial das análises de sistema alimentar é que ela prioriza as maneiras pelas quais as formas de acumulação de capital na agricultura constituem arranjos de poder global, como se expressa através de padrões de circulação de alimentos e como vem se construindo alternativas a esse sistema.

Bernstein (2011) em seu livro sobre mudança agrária chama muita atenção para o surgimento e desenvolvimento de economias capitalistas modernas que deram origem à outra forma de "agricultura"⁶, caracterizada por atividades especializadas, que

⁵ O padrão-ouro foi o sistema monetário cuja primeira fase vigorou desde o século XIX até a Primeira Guerra Mundial, utilizado principalmente pela Inglaterra, o sistema conseguiu estabilidade e a libra foi o instrumento de liquidez financeira. Em alguns países periféricos, o sistema não foi adotado por se achar que a presença desses países e seus problemas de financiamento desestabilizariam o sistema. Dessa forma, a circulação de papéis moeda foi feita pelo chamado sistema de "curso forçado". No Brasil, o sistema foi adotado imperfeitamente, durante o Segundo Reinado e no início da República.

⁶ "Agricultura campesina", que seria aquela pré-capitalista e caracterizada por lavouras em escala local, familiar e atividade da maior parte das pessoas tanto na Europa, assim com em outras regiões, onde a interação com não agricultores era muito restrita. O surgimento e desenvolvimento de economias capitalistas modernas deram origem à outra forma de "agricultura", caracterizada por atividades especializadas, que gradativamente torna seus fins subordinado a insumos, fertilizantes, sementes, etc.

gradativamente torna seus fins subordinado a insumos, fertilizantes, sementes, etc., ao mesmo tempo se destina cada vez mais para comercialização. Essa outra forma de agricultura teria transformado as formas de reprodução da maior parte das pessoas da Europa que eram quase que exclusivamente camponeses, dando origem à divisão social do trabalho entre agricultura e indústria.

A década de 1870 representou um marco importante para a transição ao capitalismo e conseqüentemente da transformação gradativa da “agricultura campesina”⁷ em “agricultura”, atribuindo-se a isso acontecimentos anteriores como a formação de Estados nacionais na Europa, divisão do trabalho, crescimento industrial inglês, crescimento da concepção de progresso nacional e revogação de leis protecionistas como a “lei do trigo na Inglaterra”. Além disso, a década de 1870 é considerada um marco no surgimento de um primeiro regime alimentar internacional, devido as transformações nas condições técnicas para a agricultura associadas a 2ª Revolução Industrial e no comércio internacional em expansão principalmente de alimentos essenciais.

Nesse período, destaca-se o papel da Inglaterra como principal economia industrial do mundo, indústria essa que não se sustentava apenas pelo consumo do recém-criado mercado interno de operários assalariados fruto da intensa decomposição do campesinato. O desenvolvimento de uma grande escala de produção e circulação de mercadorias industrializadas e a possibilidade da ampliação da mais valia com a redução do preço dos alimentos consumidos pelos operários industriais, entre outros fatores, contribuiu para intensificação do comércio exterior da Inglaterra como países como a Argentina, Austrália, EUA e Canadá, regulados a partir dos interesses dos industriais ingleses.

O período entre o final do século XIX e início do XX, marca também como o período de formação do imperialismo moderno, seguido análise de Lênin, e divisão internacional do trabalho entre produção agrícola e comércio. Hobson e Hilferding (Belluzzo, 1999), que escreveram nesse período, realizando observações sobre o capitalismo financeiro, afirmam que o padrão-ouro⁸ clássico foi a organização monetária do apogeu da ordem liberal burguesa, que se apresentava como forma “adequada” de coordenação do arranjo internacional que supunha a coexistência de forças contraditórias que enumerou da seguinte forma: 1) a consolidação da hegemonia financeira inglesa, exercida através dos bancos, 2) a exarcebada concorrência da Inglaterra e as “novas” economias industriais nascidas na Europa e EUA, 3) a exclusão das massas de trabalhadores do processo político (inexistências do sufrágio Universal); e 4) a constituição de uma periferia “funcional”, fonte produtora de alimentos, matérias primas e sobretudo fronteira de expansão dos sistemas de créditos dos países centrais.

Harriet Friedmann (2005) e McMichael (2009) imputa a década de 1870 o início do 1º Regime Agroalimentar Internacional (RAI). Friedmann (2005) afirma que “foi esse regime „colonial” que „abriu” vastas fronteiras – na maioria nas terras virgens, escassamente povoadas e pouco cultivadas até então – para a produção massiva de trigo e pecuária para exportação para a Europa, cada vez mais dependente da importação de alimentos básicos”. Segundo a autora, esse 1º RAI entra em esgotamento quando as políticas de guerra e de depressão resultam em protecionismo da agricultura em países industrializados. McMichael (2009) não apresenta um julgamento muito diferente do apresentado por Friedmann, quanto a origem do 1º RAI, o caracterizando pela combinação de importações tropicais coloniais para a Europa, como grãos básicos, e

⁷ Ler nota nº 6.

⁸ Ler nota nº 5.

importações de gado das colônias de povoamento, no entanto, atribuiu seu término a década de 1930, quando da grande depressão da economia mundial.

De 1914 a 1940 a Grã Bretanha e outras potências coloniais européias adotam uma política econômica mais protecionista de fato e ao mesmo tempo tentavam extorquir a população de “súditos” lavradores na Ásia e na África. Por exemplo, na Índia a grande depressão de 1929 intensificou o padrão existente de substituir o cultivo de alimentos básicos para consumo doméstico pela produção exportadora de algodão, juta, açúcar e grãos finos, contribuindo assim para a grande fome de Bengala em 1943 e 1944.

No pós 2º Guerra (1945) o EUA e URSS emergiram como superpotências rivais. Além disso, ocorreu independência do domínio colonial da África e Ásia e a recuperação e expansão da economia capitalista mundial que perdurou até a década de

1970. A transformação da agricultura inicialmente do EUA, estimulada pelo que ficou conhecido como pacote tecnológico da revolução verde contribuiu para a concentração na agricultura e crescimento das empresas de “agroinsumos”. Também aumentou significativamente a escala de produção a produtividade do trabalho que gerou o problema da superprodução.

Segundo Harriet Friedmann (2005), do problema de superprodução da agricultura, surgiu o fundamento do 2º RAI, que aproveitou o excedente de alimentos dos EUA como forma de “ajudar” a reconstrução da Europa Ocidental do pós-guerra e em seguida o dito 3º mundo, como parte da política externa no período da guerra fria. Diferente do 1º RAI que se fundava no preço dos alimentos, o 2ª RAI se funda em um complexo agrolimentar transnacional, que contribui para a formação de corporações na agricultura a montante e jusante, centrado (em função da guerra fria e do desenvolvimento desigual e combinado da agricultura mundial no pós 2º guerra) em uma economia no Atlântico. Além disso, o período 1945-70 ficou para a história das economias capitalistas, principalmente na Europa e EUA, como um período de elevado crescimento dos países de capitalismo “avançado”, que resultou no aumento significativo do consumo, ao ponto de criar uma nova cultura de massa: o consumismo.

McMichael (2009), caracteriza a segunda fase do sistema alimentar internacional como um período de fluxos de re-encaminhamento (superávit) de alimentos a partir do Estados Unidos para o seu império informal de Estados pós-coloniais em perímetros estratégicos da Guerra Fria. Para o autor, as características principais do 2ª RAI são a ajuda alimentar; os salários subsidiados, incentivando o que foi chamado de terceiro mundo; a uma seletiva industrialização; e a garantia de fidelidade de consumo como mercados imperiais. Nesse período se expandiu o modelo de agro-industrialização nacional para a produção de alimentos, para países periféricos, por exemplo, para a região centro-sul do Brasil, com a adoção de tecnologias da Revolução Verde, e instituindo em alguns países uma política de reforma agrária para amortecer a agitação camponesa e ampliar as relações de mercado para o campo. Paralelamente, o agronegócio internacional foi construindo ligações transnacionais entre setores nacionais agrícolas, que foram subdivididos em uma série de agriculturas especializadas ligadas pela oferta planetária de commodities agrícolas, incluindo alimentos.

Segundo McMichael (2009) existam diversos planos estadunidenses⁹ para países em diversas partes do mundo, entre os quais o plano da revolução verde para o terceiro mundo, que encorajou o agronegócio internacional através da exportação de créditos e

⁹ Exemplo como a Doutrina Truman foi o Plano Marshall, que visava auxiliar os países que se encontravam frágeis economicamente devido à Segunda Guerra, no entanto, a real intenção estadunidense talvez fosse a de criar vínculos com esses países, dificultando o envolvimento deles com a potência socialista.

fundos de contrapartida destinados a universalizar a agricultura estadunidense e modelos alimentares, ensinando a preparar alimentos tais como sanduíches, implicando na importação de trigo e carnes (bovinos, aves e suínos) estadunidenses. Sobre essas mudanças alimentares induzidas pelos impérios (alimentar e estadunidense), um importante grupo musical da já mencionada Belém do Pará relacionou a transformação nos hábitos alimentares da cidade e o mercado Ver-o-Peso, importante patrimônio do Brasil¹⁰, com a tentativa de universalizar novas tradições alimentares, dizendo:

Vão destruir o Ver-o-Peso Pra construir um Shopping Center(...)
(...) Nossos índios não comem ninguém Agora é só Hambúrguer
Por que ninguém nos leva a sério?
Só o nosso minério (...) Aqui a gente toma guaraná Quando não tem
Coca-Cola Chega das coisas da terra
Que o que é bom vem lá de fora
Transformados até a alma Sem cultura e opinião(...) Ah! chega de
malfeituuras Ah! chega de tristes rimas Devolvam a nossa cultura!
Queremos o Norte lá em cima!(...)
("Belém, Pará, Brasil", Mosaico de Ravena, 1985)

A música trata da substituição desrespeitosa da feira (já que ninguém levava a sério seus consumidores), local tradicional de consumo de alimentos da cidade, pelo shopping (e conseqüentemente suas praças de alimentação), da substituição de bebidas como o guaraná por Coca-Cola e hambúrguer, ironizando que as coisas da terra já não servem, já que o que é bom vem de fora. O vocalista da banda em entrevista (Diário do Pará Online, 2013) disse que ao escrever a música imaginou índios se empanturrando em fast food e arranhando céus em meio à floresta, combinado com o projeto de universalização dos modelos alimentares tratados por McMichael (2009).

Certamente outros fatos que envolveram a longa marcha do capitalismo no mundo que se relacionam com a transformação da produção, transporte e distribuição de alimentos, abordados por outros autores, por não serem o centro deste trabalho não foram detalhados, como por exemplo, a relação do RAI com, entre outras coisas, a migração de uma numerosa população da Europa para as Américas, incluindo o Brasil.

Para Bernstein (2011) a década de 1970 marca o início de um novo momento da economia mundial e para a agricultura, decorrente da globalização que tem como características a intensificação da liberalização do comércio de mercadorias, que resultou, segundo o mesmo, no colapso o 2º RAI, na flutuação como efeitos sobre preço de mercadorias agrícolas no mercado futuro, concentração de corporações a montante e jusante da agricultura; crescimento vertiginoso dos supermercados no abastecimento de alimentos, concentrado em grandes redes multinacionais; o aumento na oferta de

¹⁰ Títulos concedidos pelo IPHAN em três categorias no ano de 1977 ao mercado Ver-o-Peso. Trata-se da maior feira a céu aberta da América Latina e indicada pela UNESCO (Tentative List) como Patrimônio Mundial da Humanidade nas categorias propriedade cultural e paisagem cultural, local de comercialização de produtos agrícolas, extrativos e artesanais trazidos da região amazônica. Um lugar de intensa vida social e intercâmbio cultural, onde as práticas de trabalho tradicionais ocorrem em uma complexa rede de relações sociais.

alimentos processados industrialmente em alta escala e com baixos preços relativos;
entre outros resultados.

Esse novo momento relatado por Bernstein (2011) na década de 1970 e tido como um terceiro, eventualmente emergente regime alimentar, teria aprofundado o processo do 2º RAI, com a incorporação de novas regiões em cadeias de proteína animal (por exemplo, China e Brasil), consolidando as cadeias de abastecimento diferenciadas incluindo uma "revolução dos supermercados" para consumidores privilegiados de fruta, hortaliças e peixes, gerando populações de deslocados favelados como pequenos agricultores que deixam sua terra. Parte dessa conjuntura inclui comidas globais e emergentes complexos agrícolas.

Friedmann (2005) sugere que um regime alimentar corporativo-ambiental surge como parte de uma reestruturação maior do capitalismo. Como regimes alimentares do passado refletem compromissos sociais e políticos específicos, que a autora interpreta através do conceito de movimento social. O regime alimentar migratório-colonial de 1870-1914 que cresceu em resposta aos movimentos da classe trabalhadora na Europa, criou uma classe historicamente sem precedentes dos agricultores familiares comerciais. Quando os mercados mundiais entraram em colapso, os agricultores estabeleceram novas alianças, incluindo a que levou ao regime alimentar mercantil-industrial de 1947-1973. Lineamente, a autora vê um novo regime alimentar baseado em cadeias de abastecimento de qualidade e auditados que parece estar emergindo no espaço aberto por impasse nas negociações internacionais sobre normas alimentares. Esse novo regime tem a liderança de varejistas de alimentos (supermercados), no qual as empresas agroalimentares estão se apropriando seletivamente das demandas de meio ambiente, segurança alimentar, bem-estar animal, comércio justo, e outros movimentos sociais que surgiram nos interstícios do segundo regime alimentar. Para Friedmann (2005) se consolida um novo regime alimentar que promete mudar o equilíbrio histórico entre a regulação pública e privada, e alargar o fosso entre os consumidores privilegiados e os pobres, uma vez que se aprofunda a mercantilização e marginaliza camponeses.

Friedmann (2005) e McMichael (2009) apresentam diferenças em relação a suposta substituição do 2º RAI - o "regime alimentar mercantil-industrial" (nos termos de Friedmann) sob a hegemonia das EUA dos anos 1940 ao início dos 1970. McMichael (2009) ainda não vê o estabelecimento de um regime alimentar, com "regras implícitas" (moldado por forças sociais) impressos na produção e consumo de alimentos comercializados. Em contraste, McMichael vê a recente ordem mundial neoliberal que descansa em um "regime alimentar corporativo", contendo atavismos do regime anterior, e organizado em torno de uma divisão politicamente construído de trabalho agrícola entre norte e sul. Para o autor cada regime alimentar expressa uma configuração geopolítica particular que organiza um conjunto de relações de produção e circulação de alimentos que matem o império do capitalismo, ou seja, a comida não é um ponto de partida, apenas reflete as tendências da própria economia capitalista, destacando sua longa história. Em suma, em que medida outro regime alimentar pode ser identificado depende das referências, que por sua vez depende dos termos de comparação e ponto metodológico de partida.

O 2º RAI teve como mérito reduzir drasticamente uma das principais conseqüências negativas do 1º RAI, melhorando a provisão de alimentos em países do capitalismo avançado ou do chamado "norte global", contribuindo também, em bem menor medida, na provisão de alimentos para populações pobres do "sul global", não só nos espaços urbanos como aparentemente em espaços rurais. Até mesmo no Brasil, que na última década tem se destacado por políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

(SAN), de combate a fome e a pobreza, aparentemente tem conseguido ampliar o acesso a alimentos por parte das populações rurais pobre combinando uma política de estímulo a produção por agricultores familiares e de transferência de renda através de aposentadorias rurais e bolsas, que permite em certa medida que a fome seja combatida com a aquisição de alimentos agro-industrializados produzidos pelos impérios alimentares. Em que medida as políticas de SAN estão conseguindo combinar a diversificação na produção de alimentos e o combate a fome nos países do “sul global”, como o Brasil, ainda é uma questão em aberto, que depende de resultados de pesquisas, que na maioria das vezes se concentram em países do norte global e em grandes cidades, negligenciando cidades menores e populações rurais.

Morgan e Sonnino, (2010), afirmam que na última década, o otimismo cauteloso do “sul global” e da complacência do “norte global” foram estupidamente abalados pelo advento de cinco tendências profundamente inquietantes. A primeira é o aumento do preço dos alimentos em 2007-8, quando os preços globais do trigo quase duplicaram e além dos preços do arroz. A segunda relaciona-se ao aumento acentuado da insegurança alimentar e problemas de saúde: dos 6,6 bilhões de pessoas (com projeções de mais de 9 bilhões em 2050), cerca de 2 bilhões estão em situação de insegurança alimentar, o que significa que não podem pagar por uma dieta saudável e sofrem ou de problemas relacionados a obesidade ou a deficiências de vitaminas e micronutrientes que limitam suas capacidades físicas e cognitivas. A terceira é que a segurança alimentar é hoje considerada oficialmente uma questão de segurança nacional por parte dos países do G8, confirmado em sua reunião na Itália em abril de 2009, a primeira dedicada a questões agro-alimentares. A quarta tendência é ligada aos efeitos das mudanças climáticas sobre os sistemas agro-alimentares em todo o mundo. Previsões mais graves sugerem que os piores efeitos estarão em países pobres que têm feito menos para solucionar o problema, em primeiro lugar, agravando a insegurança alimentar. Finalmente, a última tendência, é a crescente incidência de conflitos de terra. Para os autores a interação entre as tendências acima podem ser identificadas através da expressão de “nova equação alimentar”.

Para Morgan e Sonnino, (2010) isto de longe é uma ocorrência cíclica de curto prazo, essas tendências sugerem que entramos em uma radicalmente nova era na evolução do sistema agro-alimentar capitalista. Ao mesmo tempo surge com grande otimismo a combinação de experiência em curso em diferentes contextos, como as iniciativas urbanas de localização do sistema alimentar como parte necessária de uma estratégia sustentável de alimentos, mesmo que não seja sinônimo de sustentabilidade. Combinando em muitos casos como o consumo de alimentos sazonais, uso de produtos de comércio justo de países em desenvolvimento, venda de frutas e legumes por pequenos varejistas, reforma da alimentação escolar e agricultura urbana como algumas das alternativas ao sistema alimentar internacional. Acreditando também que o Estado tem significativa importância na efetivação de ações e também como consumidor em compras públicas para hospitais, prisões, etc.

Apesar de dar ênfase a soluções a nível local e de considerar que é no municipal que novas soluções estão sendo elaboradas e implementadas, seus estudos tem se concentrados em um tipo específico de municipalidade: grandes centros urbanos. Exemplo disso é seu trabalho de 2010 que estudou experiências que tiveram como lócus Nova York e Londres, ambas com uma população em 2013 de 8,3 milhões de pessoas aproximadamente, cidades com população maior do que da maioria dos 193 Estados membros da ONU. Os autores consideram que tais cidades se encontram na vanguarda da “nova equação alimentar”, tanto por razões ecológicas, quanto por razões políticas. Vale lembrar que no Brasil o contexto se mostra distinto, já que a maioria da população

se concentra em cidades menores que 200 mil habitantes e que as cidades médias nos últimos 15 anos (nos governos FHC, nos dois governos Lula e no governo Dilma) vem crescendo em taxas expressivas, principalmente pela opção macroeconômica adota de desindustrialização da pauta de exportação e estímulo ao agronegócio (Delgado, 2012).

A crítica ao atual estágio do sistema alimentar internacional tem gerado contestações e estimulado diversas iniciativas, não apenas de reação ao modelo como também de exclusão, que além de apontarem suas contradições, tem assinalado caminhos alternativos ao sistema alimentar, num processo gradual e desconexo que na maioria das vezes não se sobrepõe e quando possível de combinação, contribuem para “reconexão” entre os consumidores e produtores/agricultores de alimentos, em contextos com decorrência de sistemas agrícolas intensivos (Cruz, 2012). Em contextos onde a modernização da agricultura foi menos intensa os caminhos alternativos têm apontado para o reconhecimento, valorização e legitimação de práticas e modos de produção, conhecimentos e relações de proximidade (Cruz, 2012).

Outros pesquisadores, principalmente sociólogos rurais, economistas, agrônomos e geógrafos têm estado particularmente ativos no mapeamento de tendências que estão imersas em contextos locais, merecendo maior destaque os trabalhos que tratam de cadeias ou circuitos curtos e redes alternativas de alimentos, trabalhos sobre registro de Indicação Geográfica (IG), com possibilidade de certificação de reputação, valor, origem, modo de preparo, etc., dando aos alimentos identidade e importância distinta aos produtos de origem dos sistemas alimentares internacional. Pelo lado do consumo alguns autores têm explorado sua dimensão política para denunciar escândalos alimentares, as controvérsias científicas, a percepção e a publicização de riscos, as ideologias alimentares e os discursos e práticas de consumo consciente. Além disso, segundo (Portilho et.al., 2011) reflexões sobre alimentação e nutrição como campo político costumam enfatizar um conjunto de questões tradicionalmente relacionadas à arena do Estado, tais como segurança alimentar e nutricional, direitos humanos, desigualdades sociais no acesso à comida, políticas nutricionais e agrícolas, bem como a regulamentação da publicidade de alimentos.

A contribuição de trabalhos desses profissionais de distintas áreas de conhecimento para a análise dos sistemas alimentares internacionais tem sido rica e complexa, não impossibilitando o desenvolvimento de aproximações complementares as abordagens já existentes, a partir de campos disciplinares como o turismo, em especial o turismo em espaço rural. Na próxima parte dessa escrita, abordaremos as possibilidades do turismo no espaço rural como parte das alternativas ao sistema alimentar contemporâneo, previamente apresentado, iniciando por uma breve revisão de conceitos de turismo, turismo no espaço rural e turismo cidadão, fazendo uma aproximação das múltiplas experiências proporcionadas pelas atividades turísticas que podem combinar os interesses daqueles que têm o consumo como uma prática política, assim como interesses de agricultores familiares.

3. Turismo cidadão no espaço rural: possibilidades

Entre os especialistas e pesquisadores no estudo do turismo é muito comum encontrar divergências, que tratam desde a definição e conceito de turismo, passando pelos desacordos na definição de suas segmentações, abrangendo inclusive as distintas visões das retrospectivas de sua evolução, até chegar às diversas posições que atualmente ocupa no campo da educação, investigação e conhecimento, principalmente

no Brasil, lugar em que o turismo como área acadêmica goza de ampla consideração por parte do Ministério da Educação, que, em apenas 40 anos, desde a criação do primeiro curso de graduação (São Paulo em 1971), já reconhece atualmente 657 cursos (bacharelados e tecnólogos), assim como programas de pós-graduação que ofertam cursos de especialização, mestrado e doutorado.

No entanto, apesar das divergências, é inegável que a prática do turismo adquiriu grande impulso na modernidade, resultante, entre outros fatores, dos acontecimentos e transformações da sociedade, pelo surgimento e consolidação de estados nações, revolução industrial/tecnológica e ampliação da divisão do trabalho no fim do século XVIII e início do século XIX, resultando em novos estilos de vida e hábitos de consumo. Vega (1979) destaca entre as inovações tecnológicas a invenção dos transportes coletivos, que permitiu o deslocamento em massa de pessoas.

O turismo como área de conhecimento foi adquirindo forma, desde que começou a surgir gradualmente nos círculos acadêmicos mundiais como um promissor campo de investigação e importante componente de debate, principalmente pela administração e economia inicialmente e posteriormente atraindo atenção de áreas como a sociologia, antropologia e marketing, assumindo uma dimensão polissêmica por excelência, permitindo vários tipos de “amalgamas”. Apesar de consolidado como um importante campo acadêmico, segundo Panosso Netto (2003), no turismo não existe um paradigma epistemológico posto, ou seja, uma teoria, com modo de verificação de validade próprio. O que se percebe é que nos trabalhos deste campo de conhecimento aparece muito mais uma espécie de amalgama de áreas e subdisciplinas, já melhor sedimentadas, aplicadas a temas associados ao turismo, resultando em diferentes concepções ou ideias de turismo.

Portanto, para este trabalho, ao invés de apresentar uma revisão de diferentes definições de turismo e a quais teorias ou abordagens elas se vinculam, como já feito por diferentes trabalhos, como o de Barreto (2001), preferimos apontar nossa filiação ao conceito de turismo apresentado por Gastal e Moesch (2007), que propõem um novo entendimento para o turismo, não apenas como um campo de práticas histórico-sociais que pressupõe o deslocamento de sujeitos em tempo e espaço diferentes daqueles de seus cotidianos, mas também busca estabelecer uma relação de ressignificação com o lugar onde o visitado vive, construindo práticas culturais e assumindo posições políticas no espaço cotidiano coletivo. Distanciando-se assim do turismo de massa voltado para o espetáculo, opondo-se a uma produção de entretenimento comercial só para turistas.

Para Gastal e Moesch (2007) consumo e cidadania se aproximam e se associam ao turismo, que encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário. A contribuição do turismo viria na contramão dos meios de comunicação que levam a um encolhimento da esfera pública, permitindo justamente que as pessoas voltem a frequentá-la, reaprendendo a exercitar sua “voz”.

Essa ideia ampla de ação política nos atos de consumo, combinando entretenimento e alimentos, também é tratada por Canclini (1997). Para o autor, vivemos num período de fraturas e heterogeneidade, de segmentações dentro de cada nação e de comunicações fluidas com a ordem transnacional da informação, da moda e do saber. Dentro dessa heterogeneidade, encontramos códigos (símbolos) que nos unificam e que cada vez menos se vinculam aos da etnia, da classe ou da nação onde nascemos. Conforme Canclini, hoje a autenticidade é ilusória e a separação entre grupos, hegemônicos e subalternos, se apresenta mais como adesão diferencial a subsistemas culturais de diversa complexidade e capacidade de inovação. Dessa

maneira, assim como Gastal e Moesch (2007), emprestando os conceitos de Canclini (1997), o turismo aparece como uma fonte alternativa aos transnacionais sistemas simbólicos, feita sobre as regras neoliberais que visam à máxima rentabilidade dos bens de massa.

Partindo da segmentação turística, quais as possibilidades que o turismo no espaço rural tem de combinar os interesses daqueles que têm o consumo como uma prática política que se opõe aos impérios agroalimentares, com os códigos (símbolos) presentes no rural que permitiriam internalizar críticas e alternativas aos sistemas simbólicos que visam o consumo de bens de massa? Antes de responder a essa pergunta, acreditamos que cabe a indagação: afinal de contas, o que se entende por turismo no espaço rural?

3.1. Turismo Rural ou Turismo no Espaço Rural?

O termo “turismo rural” é amplamente utilizado em trabalhos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, assim como nomeia políticas públicas no Brasil, dando destaques a programas nos Mistérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário. Apesar de ser amplamente utilizado, até mesmo entre especialistas que tratam do tema, há o reconhecimento da “difícil tarefa de conceituar o Turismo Rural” (Santos, 2004). Essa dificuldade está principalmente associada à classificação ambígua de atividades consideradas turísticas em ambientes rurais, permitindo que uma mesma atividade possa ser classificada como turismo rural, ecoturismo ou agroturismo, entre outros segmentos, de acordo com as preferências de diferentes autores no Brasil.

Sem pretensões de revisar o conceito (ou ideia) de turismo rural, já que esse não é o centro deste trabalho e desde a década de 1990 existem bibliografias esclarecedoras sobre o assunto, o problema de definição parece apontar para pelo menos duas tendências. Na primeira, o elemento definidor do segmento turístico se baseia nos setores econômicos adotados por populações rurais, onde serviços turísticos podem aparecer como predominantes ou complementares a atividades agrícolas. Um exemplo do uso desse critério para definição é o adotado por Santos et.al. (2012), que em seu trabalho define agroturismo quando as atividades turísticas geram ocupações complementares a atividades agrícolas e turismo rural quando os serviços turísticos são as principais fontes de renda para o proprietário rural.

A segunda tendência de definição de turismo rural adota como critério diferenciador os elementos que compõem a oferta, falando-se de turismo rural quando a cultura (ou meio de vida) é o elemento mais importante e aplicando-se outras denominações a outros “segmentos” para indicar o caráter prioritário do componente ofertado. Um exemplo do uso desse critério é o adotado pelo Estado brasileiro que segmenta os tipos de turismo em turismo de pesca, ecoturismo, turismo na agricultura familiar, turismo de aventura e tantos outros.

Segundo outros pesquisadores que estudam o tema turismo rural, entre eles o Prof. José Graziano da Silva, que, por seu destaque acadêmico discutindo geralmente a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não agrícola, ocupou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome no Brasil em 2003 e atualmente ocupa a função de diretor geral da FAO, o termo turismo em meio (área) rural seria mais adequado, por englobar diversas modalidades de turismo, que não se excluem e que se complementam, de forma tal que acaba sendo a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura.

Assim, neste trabalho, a noção de turismo no meio rural é a que melhor se adequa à discussão apresentada, já que amplia as possibilidades de interação entre visitante e os elementos naturais e humanos comuns ao rural¹¹, proporcionando a possibilidade de uma reflexão crítica pelos visitantes e visitados, contribuindo com conhecimento, informações e criando laços que ampliam a possibilidade do exercício reflexivo no consumo, incluindo o consumo de alimentos.

3.2. Consumo urbano e turismo no espaço rural

Apesar das controversas nos critérios, segundo o Banco Mundial (2014), existe hoje no mundo aproximadamente 7,2 bilhões de pessoas vivendo no planeta, dos quais cerca de 1 bilhão (14,29% da população) vivem com menos de US\$ 1,25 por dia, ou seja, são consideradas pobres. A ONU, em 2012, divulgou informações que apontam que a maioria dos pobres do mundo vive em áreas rurais dos países em desenvolvimento. Na América Latina, apesar dos pobres se concentrarem no rural, quase 80% da população vive nas cidades, porcentagem até mesmo superior à da maioria do grupo os países desenvolvidos, de modo que a região é considerada como o mundo mais urbanizado.

Outros dados da ONU, de 2013, apontam tendência de crescimento da população mundial associada com a tendência de concentração em cidades, principalmente em países em desenvolvimento dos continentes africanos e asiáticos. Segundo a organização mundial, em 2050 serão 6,3 bilhões de pessoas vivendo em cidades, superando os 3,7 bilhões atuais e concentrando no espaço urbano aproximadamente 70% da população mundial.

Esses dados apontam a acentuação de uma tendência de urbanização que no Brasil se exacerba com a modernização da agricultura ligada ao segundo sistema alimentar internacional e industrialização do centro-sul do país, indicando não apenas a redução da população rural, como a ampliação do distanciamento entre produção e consumo de alimentos, permitindo a ascensão do supermercado como um dos principais elos.

Estudos sobre as cidades na América Latina, divulgado em 2012 pela ONU-HABITAT, programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos, avaliaram que, em geral, o processo que levou o subcontinente ao grau de urbanização tem sido positivo e simultaneamente tem gerado grandes esperanças, mas também decepções amargas. Entre as “decepções amargas” nas transformações urbanas o estudo destaca violência, deterioração do meio ambiente e, acima de tudo a desigualdade social profunda. Ou seja, a alimentação nas cidades latino-americanas não é uma questão central para o programa que trata de questões urbanas, diferente do que indicam diversos trabalhos desenvolvidos principalmente na Europa, que destacam o problema da alimentação.

Podendo estimular mudanças nos hábitos alimentares, atividades de turismo no espaço rural têm a potencialidade de aproximar o rural, onde se concentra a produção de alimentos, do urbano, onde se concentra e se concentrará ainda mais o consumo, ajudando na redução da pobreza rural, valorizando seu ambiente e cultura e consequentemente ampliando seus ativos (capital humano e social). Da mesma forma,

¹¹ Não é objetivo de este trabalho avaliar em que proporção a definição de meio rural usada tradicionalmente pelas fontes oficiais de informação está refletindo as suas reais especificidades, já que existe muitos trabalhos sobre o tema no Brasil, mas reconhecemos a diferentes compreensões podem refletir em dificuldades em estudos os temas rurais.

pode contribuir com consumidores urbanos, fornecendo acesso a fontes alternativas aos transnacionais sistemas simbólicos, que, segundo Nestle (2007), são manipulados pela publicidade ou outras práticas de marketing que induzem a opção de consumo de alimentos, principalmente pela população urbana, que não são saudáveis.

Certamente muitos que fazem a opção pelo turismo no espaço rural são consumidores críticos a outros segmentos, tais como o turismo de massa, e estão interessados em vivenciar e experimentar os valores da natureza e do modo de vida local caracterizado por elementos singulares da cultura: pela gastronomia típica, pela tradição e pelo modo como se dá a relação homem e natureza.

Segundo estudos do Ministério do Turismo sobre o turismo rural publicados em 2008, de modo geral os turistas desse segmento apresentam como características: são moradores de grandes centros urbanos; vigoram entre 25 e 50 anos; são casais com filhos; têm formação superior e, a maioria, pós-graduação; são de classe média para média alta; usam automóvel próprio ou vans; deslocam-se, geralmente, em um raio de até 150 km do núcleo emissor; possuem elevado nível de consciência a respeito das questões ambientais e valorizam produtos "autênticos" e artesanais.

O perfil do turista que opta pelo espaço rural se aproxima em muitos aspectos do perfil dos consumidores urbanos de produtos orgânicos, principalmente nos aspectos relacionados à renda e nível de escolaridade. Com isso, o turismo em áreas rurais tem o potencial de contribuir com a população urbana, principalmente para aqueles que desconhecem as contradições do sistema alimentar internacional, favorecendo o contato tanto com agricultores e os ambientes onde são produzidos alimentos saudáveis, instigando a politização no consumo de alimentos, quanto com formas convencionais, estimulando o senso crítico sobre os riscos e incongruências da produção de alimentos.

A forma contemporânea de provimento de alimentos nos grandes centros metropolitanos está cada vez mais próxima da descrição feita por Ritzer (1983), sobre a racionalização da sociedade americana, o qual destaca a rotina de consumo em restaurantes *fast-food* divertidos, jantares de TV, passeios embalados, robôs industriais e cirurgia de coração aberto em uma linha de montagem básica, processo que ele nomeia como "McDonaldização" da sociedade.

Como afirma Canclini (2003), a urbanização predominante nas sociedades contemporâneas se entrelaça com a serialização e o anonimato na produção, com reestruturas da comunicação imaterial (dos meios massivos à telemática) que modificam cada vez mais os hábitos alimentares e padronizam e qualificam a forma de se nutrir. As famílias urbanas, cada vez mais, têm menos tempo para preparar refeições elaboradas. Para as poucas que ainda cozinham as refeições, muitas não herdaram o modo de preparo com os ingredientes dos seus antepassados e têm grande dependência de livros de receitas ou programas de TV que propagandeiam receitas com ingredientes padronizados dos oligopólios alimentares que garantem seus lucros. Não é à toa que no Brasil observa-se uma recente mudança na grade de programação das emissoras de TV mais assistidas do país, que suprimiram de forma generalizada a programação infantil matinal, tão comum na década de 1980-90, por programas que distribuem receitas culinárias.

Além disso, num momento em que o capitalismo deseja fazer da vida humana um processo de produção e consumo ininterruptos, para muitas pessoas, comer fora, especialmente no restaurante *fast-food*, é uma maneira muito mais eficiente de obter as suas refeições. Ritzer (1983) afirma que geralmente os restaurantes oferecem menu limitado, simples, que pode ser cozido e servido em forma de linha de montagem. Para o autor, um dos maiores exemplos disso foi o desenvolvimento de restaurantes *drive-*

through, que constitui um esforço para aumentar ainda mais a eficiência da experiência de jantar.

Para os turistas cidadãos, o turismo em áreas rurais apresenta uma potencialidade de estimular a reflexão sobre o consumo de alimentos, através do preparo, da escolha dos ingredientes e principalmente da degustação de pratos feitos com ingredientes da propriedade e/ou locais, e a valorização de práticas saudáveis. Ou ainda pode incitar à crítica quando turistas cidadãos visitarem fazendas, bosques, ranchos, frigoríficos, armazéns, sistemas de transporte, com um guia turístico que saiba apontar as contradições da produção de alimentos, especialmente para jovens urbanos, que muitas vezes acreditam que a comida vem mesmo do supermercado.

Visitar uma granja de produção de frangos, onde são produzidos em massa, (por vezes com diversos produtos químicos), abatidos em uma linha de montagem, gelados ou congelados rapidamente e enviados a todas as partes do país e do mundo, ou visitar a produção de hortaliças como pimentão, visualizando a quantidade de agrotóxico utilizado e a frequente falta de proteção dos agricultores, ajudaria a entender com mais facilidade as contradições do sistema alimentar globalizado. A visão dessa contradição na produção de alimentos pode tencionar o hábito padronizado de se nutrir, incentivado pela globalização alimentar e sistema econômico, o que pode estimular a busca de alternativas nas próprias cidades, demonstrando o potencial que esse segmento turístico tem de estimular consumidores urbanos à reflexão crítica, dirigida não apenas ao que é consumido, bem como, o que nos parece também significativo, a uma crítica da forma como se consome. Essa influência que o turismo em áreas rurais pode provocar em consumidores urbanos, apesar de ser apresentada em ambientes rurais de forma difusa, pode refletir no aumento do consumo de produtos “orgânicos”, “saudáveis”, “sustentáveis” ou sem passivos sociais (que não foi produzido com utilização de trabalho escravo, exploração de trabalho infantil ou em países onde os direitos humanos não são respeitados, etc.) à medida que interage com os agricultores familiares e valoriza sua forma de produzir e seu modo de vida.

Para Gastal e Moesch (2007) o turismo pode ser uma prática política adotada pelo que chamam de turista cidadão. Essa ideia é um avanço no conceito de turismo, e supõe um sujeito formado e politicamente atuante nessas práticas. Para Portilho et.al. (2011) não só o turismo, mas a comida também é objeto político por excelência, onde seu consumo deixa de ser apenas uma forma de reprodução das estruturas sociais reinantes para se tornar também, e cada vez mais, um instrumento e uma estratégia de ação política que incorpora valores como solidariedade e responsabilidade socioambiental.

Em ambos os casos, tanto para o consumo do produto turístico, quanto para o consumo de alimentos mais saudáveis, a metodologia proposta por este trabalho, que pode transformar à prática de turismo cidadão como uma prática de contraposição aos sistemas alimentares internacionais, é o desencadeamento de um processo de estranhamentos provocados pelas práticas de turismo em áreas rurais, que, segundo ZIMMERMANN (1996, apud. Santos 2004 p. 33), é composta por distintas modalidades, oferecendo novos contatos, serviços e produtos como as atividades produtivas, gastronomia típica, acesso a paisagens, hospedagem, cultura, clima, lazer, compras e informação.

Não se trata de uma retomada do arcadismo, de idealização do campo, e exaltação da natureza, mesmo porque já reconhecemos neste trabalho que o início da produção dos alimentos vinculados ao sistema alimentar globalizado e dominado por oligopólios também tem início no meio rural. Trata-se de inserir atividades turísticas no portfólio de caminhos alternativos à globalização alimentar, valorizando e/ou

conectando experiências ricas espalhadas pelas regiões rurais do mundo e em especial no Brasil, aos consumidores urbanos.

Para isso, o conceito de turismo cidadão elaborado por Gastal e Moesch (2007) abre a possibilidade de pensar a prática do turismo mais humana e humanizante, rompendo com práticas pouco sustentáveis do turismo globalizante. Segundo as autoras a cidadania turística é uma maneira de repensar comportamentos e consumos de viagem. Por outro lado, permite também rebater discursos simplistas que pedem o turismo apenas como atividade econômica, cujas questões, das simples às complexas, estariam todas restritas a boas práticas de gestão. Esse trabalho defende que a transformação dos hábitos de consumo de alimentos por certos grupos sociais, estimulado pela prática do turismo em áreas rurais, tem grande correspondência na construção de mercados de bens adequados a esses novos consumidores em áreas urbanas.

Bibliografia:

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 10ª. edição, Editora Papyrus, São Paulo, 2001.

BELLUZZO, L.G. „Finança Global e Ciclos de Expansão”, in J.L.Fiori (org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**, Editora Vozes, 1999. p.92-96.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRUNORI, G., V. MALANDRIN, A. Trade-Off or Convergence? The Role of Food Security in the Evolution of Food Discourse in Italy. **Journal of Rural Studies**, v. 29, p. 19-29, 2013.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 4ª edição, 2003.

CRUZ, F. T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. Tese de Doutorado. UFRGS – Porto Alegre, 2012.

DIÁRIO ONLINE. **Mosaico de Ravena: o desabafo se tornou hino**. Belém, PA. Acessado em endereço: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-232685-mosaico-de-ravena-o-desabafo-se-tornou-hino.html>> acesso em 30 de junho de 2014.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1997

FRIEDMANN H. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. **Research in rural sociology and development**, volume 11, 227-264, 2005.

GASTAL, S; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. Editora ALEPH, São Paulo, 2007.

GÓMEZ B. C. Aproximación a la sociología de la alimentación. **Distribución y Consumo** 26, Enero Febrero 2008.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v.36, n.1, jan. p. 139-169, 2009.

McMillan, J.; J. Coveney. „**What Took You so Long? Sociology’s Recent Foray into Food**’. *Health Sociology Review* 19(3). 2010.

MENNELL, S; MURCOTT, A; OTERLOO, A. H. V. **The sociology of food: eating, diet and culture.** London. SAGE Publications, 1992.

MORGAN, K; SONNINO, R. **The urban foodscape: world cities and the new food Equation.** Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, 2010, 3, 209–224.

NESTLE, M. **Food Politics: How the Food Industry Influences Nutrition and Health.** Berkeley: University of California Pr., 2013.

PANOSSO NETTO, Alexandre. O problema epistemológico no turismo: uma discussão teórica. In: PANOSSO NETTO, Alexandre, TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade.** São Paulo: ALEPH, 2003, p. 57-86.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Porto Alegre. UFRGS, 2008.
PORTILHO, F; CASTANEDA, M; CASTRO, I.R.R. **A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade.** Ciência & Saúde Coletiva. v.16, n.1 p. 99-106, 2011.

POULAIN, J.P.; PROENÇA, R.P.C. **O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares.** Revista de Nutrição, Campinas, v. 16, n. 3, Sept. 2003, pp. 245-256.

Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos - ONU-Habitat. **ESTADO DE LAS CIUDADES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 2012: Rumbo a una nueva transición urbana.** Kenia. Agosto del 2012.

RITZER, G. F. **The McDonaldization of society.**Journal of American Culture. v. 6, n. 1, p. 100-107, 1983.

RODRIGUES, J. A. A sociologia de Durkheim. In: **E. DURKHEIM, Sociologia.** 9ª ed., Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática. 2000.

SANTOS, E. O. **A agroturismo e o turismo rural em propriedades da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.** Pallotti, Brasil. 2004.

SANTOS, E.; VIANNA, S.; GULLO, M. **Evolución de la renta, empleo y sueldos en propiedades rurales que ofrecen Agroturismo y Turismo rural en la Mitad Sur de Rio Grande do Sul, Brasil (1997 – 2011).** Revista El Periplo Sustentable. Universidad Autónoma del Estado de México. nº 23 Julio / Diciembre 2012.

WARD, P.; COVENEY, J.; HENDERSON, J. **Editorial: A sociology of food and eating: Why now?** Journal of Sociology, 46 (4), p. 347-351, 2010.

VEGA, José Luiz Garcia. **Ócio e Turismo.** Rio de Janeiro: Salvat Editora Brasil. 1979.